



Beatriz
Bueno

Parditude

*Um guia para te
resgatar do limbo racial*

**Beatriz
Bueno**

Parditude

*Um guia para te
resgatar do limbo racial*



 **Planeta**

Copyright © Beatriz Bueno, 2026
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2026
Todos os direitos reservados.

Preparação: Mariana Gomes

Revisão: Gleice Couto

Projeto gráfico e diagramação: Negrito Produção Editorial

Ilustrações de capa e miolo: Weverton Rodrigues (@umgrilo.tattoo)

Capa: Fabio Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Bueno, Beatriz

Parditude : um guia para te resgatar do limbo racial / Beatriz Bueno. – São Paulo :
Planeta do Brasil, 2026.
224 p.

ISBN 978-85-422-3844-0

1. Relações raciais – Brasil 2. Racismo 3. Negros – Identidade racial I. Título

25-3911

CDD 305.8

Índice para catálogo sistemático:

1. Relações raciais



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2026

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra 986, 4º andar – Consolação

São Paulo – SP – CEP 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.



SUMÁRIO



<i>Introdução – Brasil frente ao espelho</i>	15
Capítulo 1 – Desenterrando raízes multirraciais	21
Herança materna	22
Herança paterna	35
Capítulo 2 – Negra demais para ser branca	45
As infâncias pardas	46
Crianças mestiças do Brasil	51
Pré-adolescência	59
Adolescência	64
Me descobri negra	69
Capítulo 3 – Branca demais para ser negra	79
Gritaram-me branca: desmentida	80
Síndrome do impostor racial	85
Barrado em Wakanda? Você não é uma pantera negra, é um leopardo	92
Bancas de heteroidentificação	100
Capítulo 4 – Perfeitamente parda para ser	111
Etnocídio silencioso da parditude indígena	117
Demolindo a hipodescendência e a Lei de uma Gota de Sangue	122

Colorismo, estereótipos e antropofagia cultural	131
O perigo de ideologias que incentivam pureza racial.	144
Pardo é negro ou indígena porque sofre o racismo?	154
Jogo das palavras mulato, negro, preto, pardo.	164
Negro é raça, pardo é... mistura de raças, não só cor	172
Representatividade e cultura multirracial	179
Consciência mestiça é a consciência do futuro	189
 <i>Conclusão – Por que o pardo deve ser uma categoria única?</i>	 203
<i>Agradecimentos</i>	207
<i>Notas</i>	209





CAPÍTULO I

DESENTERRANDO RAÍZES MULTIRRACIAIS



Após me olhar nos olhos no espelho, compreendi que a melhor forma de contar essa história é começando pelo passado: o de meus antepassados e, por extensão, o do Brasil. Juntos, vamos desenterrar as raízes da minha família, revelando, ao mesmo tempo, as cicatrizes profundas de nosso país.

Compreender nossas origens é essencial para todos, especialmente para pessoas pardas, cujas características podem ter múltiplas raízes, que nem sempre são facilmente identificáveis pela aparência. Por exemplo, uma pele de tom pardo em uma pessoa mestiça no Brasil pode, em sua maioria, ter origem indígena ou negra. No entanto, devido a diversas migrações, essa cor também pode ter outras influências.

É comum que muitos de nós não conheçamos os detalhes de nossos antepassados. Contudo, para nos encontrarmos e construirmos um verdadeiro senso de pertencimento, precisamos saber de onde viemos e reconhecer o caminho trilhado por aqueles que vieram antes de nós. E o primeiro passo é simples: conversar com nossos mais velhos – mães, pais, tias, tios, avós, ou qualquer pessoa que tenha feito parte da nossa criação e possa oferecer alguma informação. Para pessoas adotadas, recomendo recorrer a histórias, registros e ao que você imagina que seja sua origem.

Muitos dos meus alunos já compartilharam que, ao perguntarem aos mais velhos sobre a história da família, frequentemente ouvem respostas como “não me lembro” ou “não sei muito”. Porém, com

paciência, persistência e fazendo as perguntas certas, acabamos descobrindo que eles sabem muito mais do que imaginam – e, assim, revelam partes preciosas do passado de nossa ancestralidade. Vamos começar olhando para a parte materna.

Herança materna

*“Quiseram calar a herança de meu sangue
Quiserem que esquecesse a violência contra minha mãe
Mas não puderam apagar o fogo interno
O eterno conhecimento
Os sinais nos sonhos”*

“Alma Mestiza”, Rebeca Lane*,¹

Eu me lembro de ter cerca de 9 anos. Era julho, férias escolares, e o inverno nos envolvia com seu ar gelado e seco. Eu estava havia uns cinco dias sem pentear o cabelo, então minha mãe decidiu me levar a uma cabeleireira amiga dela. A Vila Matilde permanecia em silêncio enquanto subíamos a rua de paralelepípedos. Até que chegamos a um pequeno salão, com cheiro de laquê e perfume barato. A mulher que nos atendeu era branca, com cabelo liso pintado de loiro. Foram três horas de tortura. O pente de dentes finos parecia uma arma nas mãos dela. A cada puxão, a dor do couro cabeludo ecoava no meu coração. Engoli o choro. Entre um nó e outro, ela, com ódio, fazia comentários: “Parece uma menina que mora embaixo da ponte, uma mendiga”; “Que vergonha, uma moça dessa idade que não penteia o cabelo”; “O cabelo desse jeito parece um ninho de pombo!”. Eu queria desaparecer.

O que eu mais desejava naquela época era que minha mãe arrumasse meu cabelo. Que suas mãos, com cuidado, fizessem esse trabalho. Mas ela nunca o fez. Não tenho uma única lembrança dela tocando

* No original: “*Quisieron que callara la herencia de mi sangre/ Quisieron que olvidara la violencia a mi madre/ Pero no pudieron quitarnos el fuego interno/ El eterno conocimiento/ Las señales en los sueños*”.

minha cabeça para arrumar meus cachos. Seu próprio cabelo, crespo, tem sido mantido curto toda vida, com uma única exceção nos anos 1980, quando o *black power* estava na moda.

Havia uma barreira invisível entre suas mãos e nossa cabeça, erguida por traumas e memórias dolorosas. Talvez o cabelo dela, e consequentemente o meu, fosse reflexo de histórias que ela não queria revisitar – piadas cruéis, puxões que a fizeram chorar. Assim, o que poderia ser um momento de conexão entre mãe e filha, se perdeu.

Minha mãe se chama Valquiria. E, embora filha de um casal inter-racial, uma mulher branca e um homem negro, ela é a mais escura entre as irmãs e também a que herdou mais as características negras. Ela sempre se enxergou e sempre foi vista como uma mulher negra. Seu cabelo é crespo, tipo 4B, a pele é marrom e, ao tomar sol, pode se tornar ainda mais escura. Os traços de seu rosto lembram muito os de seu pai, descendente de africanos. Seu apelido sempre foi “neguinha” ou “nega”, e, ao longo da minha vida, ouvi meu pai, meus amigos e familiares a chamarem assim, de forma carinhosa.

Minha mãe é extremamente trabalhadora, uma cuidadora nata. Técnica de enfermagem de formação, era quem cuidava de todos no bairro. A “neguinha”, como era conhecida, estava sempre na rua, como diz meu pai, “batendo perna”, conversando sem parar, agitada, engraçada. Com ela, aprendi a caridade. Mas, durante a minha infância, não era muito carinhosa conosco. Abraços? Nunca. Sua linguagem do amor era parcelar em doze vezes no cartão de crédito os presentes para nossos aniversários.

Val evita falar sobre a própria infância e raramente se aprofunda em suas histórias. Sinto que há dor ao revisitar um passado marcado por grandes dificuldades. Felizmente, tenho minha tia Vera, irmã de minha mãe, que sempre compartilha tudo o que sabe. Quase tudo o que vou contar aqui vem das histórias que ouvi dela. Tia Vera também tem cabelo crespo, tipo 4B, mas a pele é mais clara; no inverno, pode até atingir um tom bem próximo do branco, mas, ao tomar sol, torna-se parda. Seus traços faciais lembram muito os de minha avó, descendente de portugueses.

Devido à maior ambiguidade de sua aparência, hoje minha tia se identifica com a parditude e afirma, com orgulho, ser parda. No

entanto, como ela e as irmãs foram tratadas de maneira muito semelhante, foi desafiador para ela compreender o próprio lugar no mundo, algo comum a muitos de nós, pessoas pardas. Em uma situação constrangedora, ao declarar-se negra durante a emissão do RG, foi corrigida de forma rude pela atendente: “Você não é negra, é parda!”. Um tipo de experiência que minha mãe nunca viveu por não carregar ambiguidade relevante. Tia Vera conta que minha mãe era a filha preferida do pai, porque era negra como ele, enquanto as irmãs eram mais claras.

Um dos momentos mais marcantes do meu processo de resgate ancestral aconteceu com minha tia Vera. Sempre amei visitar o lar dela, um refúgio de amor e boas memórias que construiu com a companheira, Terezinha, que carinhosamente chamo de tia Táta desde que aprendi a falar. Essas mulheres são como mães para mim; temos uma conexão emocional muito forte. Em uma conversa, enquanto a luz do entardecer entrava pela janela da casa delas, comecei a perguntar sobre a história dos meus avós. Minha tia, que cuida com muito carinho de seus pertences, toda orgulhosa pela posse dessas “reliquias”, me mostrou um documento que registrava a vinda de minha bisavó de Portugal. O papel amarelado, marcado pelo tempo, pulsava a energia de um passado distante. Esse foi o ponto mais distante da nossa história que conseguimos alcançar: minha bisavó, Conceição Fernandes Gonçalves, nascida na Ilha da Madeira, Portugal, em 1912. No dia 28 de agosto de 1920, com apenas 7 anos, ela deixou sua terra natal, acompanhada pela mãe, a bordo de um navio que as levava rumo à “terra prometida” para os imigrantes europeus, deixando para trás um mundo que nunca mais veria.

No canto direito do documento, o símbolo da República Federativa do Brasil estava acompanhado das palavras “Ministério do Trabalho e Previdência Social”. Abaixo, lia-se “Departamento Nacional de Mão de Obra”, seguido por “Divisão de Migração”, e, por fim, as informações sobre minha ancestral.

Foi naquele instante que minha história colidiu de maneira brutal com o passado concreto das políticas de branqueamento.

Quando estamos nas escolas e universidades estudando esses momentos por meio de livros e professores, parece algo distante de nós. Por isso, é tão importante conversar com os mais velhos, ouvir suas histórias e entrelaçá-las com o que aprendemos sobre a história do nosso país.

Por que um país que utilizou mão de obra escravizada, não remunerada, composta por indígenas, negros e mestiços destes grupos durante mais de trezentos anos, estaria recebendo imigrantes europeus para serem mão de obra? O início do século XX no Brasil foi marcado por uma política agressiva de incentivo à imigração europeia, cujo objetivo explícito era embranquecer a população e perpetuar a vulnerabilidade dos grupos racializados, negando-lhes a possibilidade de trabalhos dignos e assalariados. Essa política estatal resultou na chegada de aproximadamente 3,99 milhões de imigrantes europeus em apenas trinta anos, um número comparável ao total de africanos trazidos ao Brasil ao longo de três séculos, que, é claro, vieram ao país em outras condições e receberam outro tratamento.²

Após a abolição da escravidão, em 1888, teorias racistas ganharam força, fundamentadas em pseudocientificismos que afirmavam que o país estava à beira da ruína econômica devido à “excessiva escuridão” da população e à mestiçagem, que, segundo essas ideologias, conduziam à degeneração da espécie humana. Esse cenário revela a crueldade que permeia a história da imigração em nosso país: a mesma sociedade que se beneficiou da exploração de milhões de pessoas durante séculos investia em atrair imigrantes, abrindo portas para que pessoas brancas prosperassem, enquanto marginalizava aqueles que construíram as bases da sociedade e já estavam no território, necessitando de apoio para se reerguer.

E enquanto se negava a proporcionar condições de trabalho justas aos ex-escravizados, o Estado também os criminalizava pela falta de emprego. A Lei da Vadiagem, prevista no artigo 59 do Decreto-Lei nº 3.688 de 1941, tipificava como “vadio” aquele que se entregasse à ociosidade sem meios para a própria sustentação ou que se sustentasse de forma ilícita. As penas para a vadiagem variavam de quinze dias a três meses de detenção. Essa criminalização estava prevista no Código Penal de 1891, que incluía, na definição de “vadio”, até mesmo aqueles que praticavam capoeira em público. Essa legislação só foi revogada em 2009.³

Além das políticas de imigração e do incentivo ao branqueamento físico da população, também existiu um branqueamento étnico. Os portugueses disseminaram sua língua, cultura e modo de vida, forçando

negros, indígenas e mestiços a adotá-los e a acreditar que tudo relacionado às próprias culturas era atrasado em comparação com a “civilização” europeia. Práticas de vida em aldeias, que podem ser consideradas mais sustentáveis e, em certos aspectos, até mais saudáveis, foram desvalorizadas como inferiores. As expressões religiosas e culturais, especialmente as de matriz africana e xamânicas, foram demonizadas e exotizadas.

Fomos levados a acreditar que, quanto mais nossa aparência, nossos traços e cabelo se distanciam do padrão branco, mais são considerados esteticamente feios e inadequados. Essas dinâmicas penetram de forma profunda nas relações familiares, constituindo o primeiro contato direto que temos com essas violências. Como diz Kabengele Munanga: “Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal, inculcado através de mecanismos psicológicos, ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na ‘negritude’ e na mestiçagem, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem-na superior”.⁴

Minha bisavó chegou ao Brasil em um momento no qual essas políticas e mentalidades estavam em plena ascensão. Ela se estabeleceu em Auriflama, uma pequena e pouco conhecida cidade no interior de São Paulo, longe da agitação da capital. Ali, casou-se com meu bisavô, César, um pequeno fazendeiro, também de origem portuguesa, que possuía algumas terras e plantações. Juntos, tiveram dezesseis filhos, dos quais seis morreram ainda na infância. Entre os que sobreviveram estava Maria, minha querida avó materna.

Tanto Maria quanto sua irmã Nair enfrentaram a epilepsia, uma condição que as mantinha praticamente confinadas em casa. A rigidez do meu bisavô as condenou à reclusão: ele as proibiu de se casarem e exercia controle absoluto sobre suas vidas. Naquela época, os tratamentos para a epilepsia eram uma esperança distante, e as meninas sofreram com o preconceito, ouvindo absurdos como sugestões de que estavam “possuídas por demônios”, entre outras manifestações de ignorância.

Na fazenda, trabalhava como empregado meu avô, José Bueno, nascido no Brasil por volta de 1947, algumas décadas após a abolição. Ele era um homem descendente de africanos, negro retinto, da “pele cor

da noite, lisa e reluzente” – como cantam os Racionais MC’s.⁵ Naquele período, essa era uma das poucas oportunidades disponíveis para as gerações de pessoas negras nascidas pouco depois do fim do regime escravocrata. O historiador Gilberto Maringoni observa que, com a chegada de abundante mão de obra imigrante, os ex-escravizados acabaram formando um imenso “exército industrial de reserva”, sem qualquer força política na nova República.⁶

Os fazendeiros, sobretudo os cafeeiros, beneficiaram-se enormemente da importação de força de trabalho europeia, que era de baixíssimo custo e financiada pelo poder público. Maringoni destaca que essa dinâmica intensificou desequilíbrios econômicos que se tornaram crônicos nas décadas seguintes, refletindo na desigualdade presente na sociedade contemporânea, que é profundamente racializada.

Uma coisa interessante a se observar é que em pouco tempo meus bisavós se tornaram proprietários de pedaços de terra e tinham empregados, como meu avô, um homem negro, que servia de mão de obra. Outro aspecto curioso é que meus avós carregam os nomes do casal mais famoso da história: Maria e José, os pais de Jesus. Como pessoa espiritualista que busca nos ensinamentos de Cristo uma fonte de aprendizado, acho, por um lado, belo e simbólico. No entanto, há uma dimensão cruel nisso. Lembra-se do apagamento étnico que mencionei, relacionado às culturas africanas e indígenas? Os nomes dos meus avós são um reflexo direto desse processo.

Apesar de minha avó ser de origem europeia, e meu avô, africana – cuja região exata ainda não consegui descobrir –, ambos têm nome cristão, uma religião trazida ao Brasil pelos portugueses. Agora, imagine como seria a história se meu avô tivesse o direito de carregar um nome de origem africana? Seria muito bonito, mas sabemos que nos tempos coloniais, e até recentemente na história, a “mistura” cultural no Brasil nunca nos permitiu essa oportunidade. Os sobrenomes, Gonçalves e Bueno, também são de origem ibérica, vindos de Portugal e Espanha.

Minha avó Maria, em um ato de rebeldia e coragem, dada a vida tão limitada que levava, iniciou um romance secreto com meu avô José, escondidos pelos matagais da fazenda. Eventualmente, como era de se esperar, ela apareceu grávida. O meu bisavô César, tomado por uma grande fúria, expulsou os dois de casa. No entanto, após os apelos de

sua irmã, Augusta, que sentia grande empatia pela sobrinha, ele permitiu que Maria voltasse e que se casasse com José. Assim, Maria e José, meus amados avós, uniram-se oficialmente como casal.

Vale ressaltar que, embora isso tenha sido possível no Brasil, na mesma época, em muitos outros países, leis antimiscigenação proibiam casamentos e até mesmo relações sexuais entre pessoas de raças diferentes, especialmente entre brancos e membros de grupos raciais minoritários. Nos Estados Unidos, por exemplo, essas leis começaram a ser aplicadas nas Treze Colônias a partir do século XVII, e permaneceram em vigor em vários estados e territórios até 1967. Leis semelhantes foram implementadas na Alemanha Nazista entre 1935 e 1945, e na África do Sul, durante o Apartheid, de 1949 até 1985.⁷

Porém, é importante reforçar que, apesar de Maria e José terem podido se casar no papel e de a miscigenação ter sido incentivada em certos momentos da história do Brasil, isso não significa que o racismo no país é mais ameno. No século passado, o mito da democracia racial brasileira se espalhou pelo mundo, promovendo a ideia equivocada de que a miscigenação – ou seja, relações íntimas entre pessoas de diferentes raças – era a prova de que não existia racismo no Brasil, ou de que o preconceito aqui seria menos intenso. Essas noções estão completamente equivocadas, pois o racismo persiste, apenas se manifesta de formas distintas.

Podemos fazer um paralelo com a questão da misoginia e do machismo na nossa sociedade, observando que a ideia de superioridade, dominação e opressão pode se manifestar dentro de relações íntimas e familiares. Mesmo em relacionamentos heterossexuais, ou seja, entre homens e mulheres, a proximidade não garante que as dinâmicas de poder desaparecerão simplesmente pela convivência doméstica. Da mesma forma, o racismo pode coexistir nas relações mais próximas, que não provocam sua dissolução automática.

No livro *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*, a autora Lia Vainer Schucman explora os complexos motivos que levam pessoas brancas a se envolverem intimamente com pessoas negras em uma sociedade marcada pelo racismo, como o Brasil. Schucman revela dinâmicas que, muitas vezes, passam despercebidas nessas relações. Um dos aspectos que ela destaca é o fenômeno da negação, em que a pessoa

branca ignora a condição racial do parceiro negro, mantendo inconscientemente ideais de superioridade racial. Isso permite que o racismo continue existindo de maneira velada dentro da relação.

Além disso, Schucman também aborda casos em que brancos de classes mais baixas, apesar de racistas, mantêm relações com pessoas negras, tendo o relacionamento como uma maneira de afirmar uma suposta superioridade racial, perpetuando o racismo dentro do ambiente familiar. Esses exemplos mostram como a discriminação pode se manifestar até mesmo nas relações mais íntimas, como entre parceiros e em famílias inter-raciais.

No entanto, Schucman também apresenta um cenário alternativo no capítulo final, onde a convivência próxima com o racismo sofrido por um homem negro levou sua companheira branca a desenvolver consciência racial. Essa conscientização transformou a relação em uma plataforma de resistência. A mãe, branca, contou que educa as filhas, mestiças, para que tenham orgulho de suas raízes e características negras, tornando o espaço familiar um ponto de fortalecimento da autoestima e da luta contra o racismo.⁸

Como aponta Muniz Sodré, o pensamento da aproximação é fundamental para o combate ao racismo. Ele defende que o principal meio de enfraquecer o preconceito racial é por meio da convivência e da interação: seja na escola, no trabalho ou em relações amorosas. Sodré ressalta que o Brasil, por sua população heterogênea, já oferece oportunidades para essa aproximação, e que o racismo tende a se exacerbar justamente quando os diferentes estão próximos, o que torna a convivência um campo essencial de aprendizado e transformação.⁹ Para isso, é necessário que as pessoas envolvidas estejam dispostas a quebrar seus preconceitos, o que é um grande desafio.

Essa visão, que analisa diferentes cenários, oferece percepções muito importantes sobre as complexas relações inter-raciais no Brasil, mas o tema está longe de ser esgotado. No caso de minha avó, por exemplo, a doença a privou de outras possibilidades de afeto, e ela só pôde viver esse relacionamento, no primeiro momento, escondida, sua única opção além da castidade.

A desaprovação de meu bisavô César reflete uma realidade comum em muitas famílias brancas brasileiras, nas quais o racismo persiste.

Embora a miscigenação seja uma característica marcante de nossa cultura, muitas vezes ela é vista com pena, como um lamento por algo que aconteceu, um percalço que não pôde ser evitado, e, por isso, algo com o qual nos resta apenas conviver.

Quando estudamos sobre a elite branca que via o branqueamento como uma maneira de “melhorar” o Brasil, essa narrativa nos é apresentada de forma incompleta, pois, para que uma família negra ou indígena seja clareada, inevitavelmente uma família branca é escurecida. E essas famílias que são escurecidas, infelizmente, raramente aprovam esse processo.

Hoje, observando o que aconteceu no Brasil, vemos que não houve um branqueamento, mas uma mistura cada vez mais diversa, resultando em uma população parda com uma enorme variedade de características, formas e cores. O escritor Denis Moura argumenta que a miscigenação é mal compreendida quando vista como “branqueamento” ou “escurecimento”, quando, na verdade, deveria ser considerada uma fusão de diferentes. Essa fusão, que deveria ser celebrada pela sua diversidade, é frequentemente distorcida, tornando a experiência multirracial repleta de violências tácitas, explícitas e simbólicas.¹⁰

O momento em que essa fusão começa na minha família, já é marcado por sofrimento: o primeiro filho dos meus avós, Maria e José, também se chamou César, em homenagem ao meu bisavô. Ele morreu ainda bebê, por algo que minha família descreve como “negligência médica”. Meu coração doeu quando ouvi a história. Aos 8 meses, César passou mal, e o que a família sabe sobre o ocorrido vem do relato de uma das minhas tia-bisavós. Ela descreveu uma cena devastadora: meu avô, em desespero, chegou do hospital montado a cavalo, chorando e gritando, carregando o corpo sem vida do filho nos braços. O que mais a tocou foi que, apesar de meu avô sempre se portar como um homem forte e, por vezes, brincalhão, ver a fragilidade, as lágrimas, desespero foi algo muito chocante e incrivelmente triste.

Quando a tia Vera me contou essa história, minha mente foi inundada por perguntas: “Como assim ‘negligência médica’? O que ele tinha? O que aconteceu? Não tentaram salvar o bebê?”. Perguntas sem resposta. No entanto, estamos falando dos anos 1950, em uma cidade pequena no interior de São Paulo: um homem negro carregando o filho

nos braços, buscando atendimento médico. Hoje, com uma compreensão mais madura, percebo que o racismo provavelmente desempenhou um papel decisivo nessa tragédia. Que meu tio descanse em paz, longe de um mundo que nunca lhe ofereceu a dignidade que merecia.

Depois de César, o único homem que minha avó gestou, tiveram a segunda filha, tia Vilma, que é minha madrinha de batismo. Por volta dos anos 1960, a família abandonou as terras em Aurifloma, em um contexto que refletia um momento importante, que varria o Brasil desde as décadas anteriores: o processo de êxodo rural. Esse movimento foi forçado pelo declínio da agricultura familiar e pela busca desesperada por melhores condições de vida nas cidades, estendendo-se até os anos 2000 e trazendo uma onda de deslocamento e urbanização.¹¹ A minha família se estabeleceu no bairro da Vila Dalila, na zona leste da cosmopolita São Paulo, um bairro emergente no meio do turbilhão e do crescimento intenso que a cidade vivia. Foi nessa região que meus pais se conheceram e, décadas depois, eu nasci e fui criada. Grande ZL!

Foi lá que começaram uma nova vida. A zona leste passava por um período de crescimento urbano e, a princípio, criaram porcos e galinhas no pequeno quintal, fazendo o possível para se adaptar às dificuldades daquele novo ambiente. Além disso, meu avô José se tornou frentista em um posto de gasolina. Ele não trouxe ninguém da parte da família dele, que era negra. De vez em quando, aparecia um primo chamado João, mas um dia ele simplesmente não apareceu mais. Minha tia Vera e minha mãe, Valquíria, nasceram em São Paulo. Minha mãe era gêmea, mas sua irmã, Vanda, não sobreviveu ao parto. Em outro momento, tiveram mais uma menina, Valéria, que também não resistiu, sobrando três irmãos de seis filhos.

Aos 26 anos, idade que tenho ao escrever este livro, meu avô adoeceu, mas não fez nada quanto a isso. Uma bronquite não tratada, problemas cardíacos e vícios, como álcool e cigarros, consumiram sua saúde. Ele foi encontrado sem vida no banheiro do posto de gasolina em que trabalhava. Sua vida se apagou, uma chama que se extinguiu prematuramente. Suas filhas – Vilma, com apenas 6 anos; Vera, com 4; e minha mãe, Valquíria, com apenas 2 – ficaram aos cuidados dos avós brancos, pois minha avó, debilitada pela epilepsia, não podia desempenhar o papel pleno de cuidadora.

Meu avô era o único familiar negro e, como a figura importante que era, desempenhava o papel de pai de família. Em uma sociedade machista, os homens são mais respeitados que as mulheres, e ele poderia proteger minimamente as filhas da violência racial. Com sua partida, essa proteção se foi. Minha tia Vera, com tristeza nos olhos, conta como meu bisavô César sempre impôs uma barreira entre elas e a família de meu avô. Mesmo antes da morte, já não havia contato. Depois, ele reforçou a proibição, e elas nunca tiveram a oportunidade de conhecer a avó, minha bisá. Quando ouço essas histórias, penso muito no meu avô. O que passava pela cabeça dele ao saber que as filhas não podiam conhecer sua família? Como ele lidava com isso? Eu gostaria muito de ter uma conversa com ele. Em minhas pesquisas, investigações e questionamentos de neta, busco respostas – e torço, com profundo respeito, para não estar lhe atribuindo palavras que talvez ele não dissesse.

O racismo age nas estruturas familiares de maneira semelhante ao que ocorreu durante a colonização, apagando o legado dos negros e indígenas enquanto exalta a cultura branca como o padrão de normalidade. Para nós, filhos mestiços, existem proibições que podem se manifestar através de atitudes indiretas do cotidiano ou de proibições concretas, como as que meu bisavô impôs à minha mãe e às minhas tias, impedindo-as de se conhecerem seus familiares negros.

A psicóloga e analista junguiana Dulce Helena Rizzardo oferece uma perspectiva muito interessante sobre as simbologias que permeiam nossa realidade. Ela observa o Brasil de forma arquetípica, descrevendo-o como um filho com um “pai” negativo, ausente, distante e punitivo, em alusão à Europa. Rizzardo destaca que a “mãe” indígena nutriu seus filhos mestiços, mas foi proibida de transmitir a eles suas raízes culturais, prevalecendo, assim, o domínio europeu. Da mesma forma, a “mãe” negra, embora tenha alimentado, cuidado e amado seus filhos mestiços, testemunhou a desqualificação e a supressão das próprias raízes.¹²

Meu avô José, ao se afastar da própria família e tentar buscar uma vida nova em São Paulo, vivia não apenas os efeitos diretos do racismo, mas também de uma dinâmica mais profunda, explicada por Aníbal Quijano, que fala sobre como o colonialismo expropriou não só recursos, mas também culturas e formas de conhecimento dos povos colonizados.¹³ O racismo na nossa história familiar reflete o que Quijano

descreve como a imposição de novas identidades geoculturais durante a colonização. Meu avô, ao se ver isolado da cultura dos ancestrais, enfrentou esse apagamento cultural descrito por Quijano, em que os colonizados foram obrigados a assimilar a cultura dominante para sobreviver. No caso dele, isso significava conformar-se com a rejeição explícita de sua negritude, enquanto se adequava aos padrões brancos impostos por sua nova vida.

Assim como Quijano descreve a construção de uma perspectiva temporal eurocêntrica – por meio da qual os povos colonizados são relegados ao passado, enquanto a cultura europeia é exaltada como o presente glorioso e o futuro civilizado –, minha família vivia as marcas desse triste legado. Minha bisavó, Conceição, carregava com orgulho as histórias de sua ascendência europeia, enquanto a trajetória de nossos antepassados negros foi sendo apagada, privando-nos de uma conexão autêntica com nossas raízes africanas. A ausência que minha mãe e minhas tias viveram em relação à família paterna reflete essa exclusão sistêmica, na qual o racismo não apenas separa indivíduos de sua herança, mas também perpetua a noção de que as culturas negras são inferiores e menos dignas de preservação.

Essas reflexões também remetem a Frantz Fanon e suas discussões sobre as “máscaras brancas” que as pessoas negras são forçadas a adotar diante do racismo. Fanon nos desafia a considerar como a violência do colonialismo e do racismo desumaniza os negros, obrigando-os a buscar validação por meio de padrões brancos. No contexto da minha família, meu avô José enfrentou um cenário que ilustra a dissonância entre sua negritude e a imposição de uma realidade que rejeitava essa condição.¹⁴

Fanon explora como, na busca por aceitação, o amor de uma pessoa branca é frequentemente visto como uma forma de redenção para o sujeito negro, conferindo-lhe a dignidade e a humanidade que o sistema racista nega. Para meu avô, conviver com a proibição imposta pela família da esposa, mudar-se para São Paulo e viver um sonho na capital era um reflexo da máscara branca que o racismo exige: a ideia de que a dignidade negra só pode ser validada ou reconhecida através da aprovação branca.

Essa dinâmica se entrelaça com o trauma psíquico colonial descrito por Fanon, no qual o amor e a aceitação brancos são vistos como um

meio para a afirmação da humanidade negra. A exclusão de sua família na criação das filhas mestiças exemplifica como o racismo e o colonialismo moldam as relações inter-raciais e a percepção dos negros sobre si mesmos, perpetuando um ciclo de desumanização e uma busca desesperada por reconhecimento e valor dentro de um sistema desigual.

Como mencionei, minha tia possui o documento que registra a vinda de minha bisavó Conceição de Portugal para o Brasil. Contudo, em relação à nossa ancestralidade negra, convivemos com um abismo profundo e doloroso, que engole quase tudo o que poderíamos saber. Temos apenas os nomes de minha bisavó, Laura Alvina – que mais tarde foi repassado à minha irmã mais nova em homenagem –, e de meu bisavô, João Bueno. Esse buraco na nossa história é uma ferida aberta, uma lacuna de esquecimento. Não possuímos fotos, histórias, nem mesmo uma lembrança vívida sobre suas vidas. Não sabemos seus gostos, suas falas, ou os traços de seus sorrisos, nem quais desses traços se parecem com os nossos. Tudo se perde no nevoeiro do passado. A dor desse desconhecimento é imensurável, um sentimento perpétuo de despertencimento e incompletude.

Assim, minhas tias por parte de mãe cresceram em um ambiente familiar predominantemente branco, onde sentiam a diferença e a inadequação, não apenas em relação ao padrão branco imposto pela sociedade do lado de fora, mas no próprio ninho familiar. Enquanto isso, os parentes do lado oposto da família permaneciam em esquecimento.

Suas infâncias foram marcadas por punições físicas impiedosas, com pauladas na cabeça por transgressões infantis e adolescentes, muitas vezes sem uma razão aparente, ainda que nenhuma razão justifique. O racismo, uma sombra constante, fazia-se presente em cada momento de suas vidas. Minha tia recorda com tristeza a crueldade de uma conhecida da rua que as chamava de “filhas do macaco”. Minha tia Vilma e minha mãe chegaram a ser expulsas de casa e passaram um tempo na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), em meio a desentendimentos e maus-tratos. A FEBEM-SP foi criada para acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou acusados de atos infracionais. No entanto, ficou conhecida por funcionar como uma espécie de prisão para jovens pobres, muitos deles pretos e pardos, vítimas de abandono ou conflitos familiares. A

instituição foi marcada por denúncias de maus-tratos, superlotação e violência. Nos anos 2000, passou a se chamar Fundação CASA, com o objetivo de se adotar um modelo mais educativo, mas ainda enfrenta críticas e desafios.¹⁵

Durante a infância, enfrentaram todos os tipos de insultos. Alguns primos cortavam seus cabelos em atos de zombaria racista, afirmando que os usariam para lavar a louça, e outros familiares costumavam dizer que, se ainda fosse a época da escravidão, estariam no tronco. Apesar disso, minha tia Vera fala com muito carinho dos avós e da criação que receberam. Essa ambiguidade é comum em muitas famílias: carregamos afeto por aqueles que nos criaram, mesmo que tenham sido fonte de muita dor.

Hoje, fala-se mais sobre os traumas que podem ser gerados por cuidadores violentos. Essa dinâmica pode ocorrer em qualquer núcleo familiar, mas se intensifica muito em famílias multirraciais, nas quais a tensão racial pode intensificar atitudes abusivas, insultos e muito mais. É comum que tenhamos tido cuidadores brancos que nos agrediram ou falharam em nos proteger de agressões externas. Contudo, é comum nossa consideração e amor persistirem, pois muitas vezes eles também ofereceram formas de afeto, cuidado e/ou garantiram nossa subsistência. As pessoas e as relações humanas são complexas e repletas de nuances. Minha avó Maria faleceu aos 72 anos, em 2018, e até seu último momento foi amada e cuidada com muito carinho.

Herança paterna

*“Moro num país tropical, abençoado por Deus
E bonito por natureza, mas que beleza
Em fevereiro tem carnaval
Eu tenho um fusca e um violão
Sou Flamengo Corinthians¹⁶
Tenho uma nêga...”*

“País Tropical”, Jorge Ben Jor¹⁷

Era um sábado de manhã, e eu tinha acabado de acordar. O sol entrava tímido pelas frestas da janela, iluminando o quarto com um brilho preguiçoso. Morávamos em um sobrado azul de esquina, com algumas paredes rabiscadas, que guardavam nossas histórias, e o teto rachado, por conta dos ônibus que ao passar faziam a casa tremer. Eu devia ter uns 6 anos. Ainda de pijama, com o cabelo bagunçado e cheio de nós (só quem tem cachos sabe do que estou falando), desci as escadas, empolgada. Era um daqueles raros dias em que eu encontraria meu pai ao acordar. Durante a semana, ele já estava fora de casa quando meus olhos se abriam, mas nos finais de semana ele estava lá: brincalhão, cheio de histórias e sempre de bom humor.

Ao chegar à sala, lá estava ele, sentado no sofá cor marsala, com um sorriso que ocupava o rosto inteiro. Assim que me viu, soltou a voz, cantando: “*Nega do cabelo duro, qual é o pente que te penteia?*”.¹⁸ Fiquei furiosa. Batia os pés no chão e franzia a testa enquanto ele ria alto, achando graça da minha indignação. “É brincadeira, Bica”, dizia, tentando me abraçar. Mas eu me esquivava, cruzava os braços e me jogava no sofá ao lado dele.

Eu era magrinha e alta para a minha idade, usava uma saia rosa que girava quando eu andava, e estava descalça, como sempre. Meu pai olhou para mim com aquele brilho nos olhos que sempre aparecia quando ele ia contar algo especial e disse: “Vou cantar uma cantiga da minha época pra você”.

Ele endireitou a postura e começou:

Plantei uma cebola no fundo do quintal.

Nasceu uma neguinha de avental.

Dança, neguinha!

Não sei dançar!

Pega no chicote que ela dança já!

Enquanto ele cantava, batia as mãos nos joelhos, marcando o ritmo. Eu olhava para ele, meio sem entender, meio encantada com o entusiasmo. Não sabia se ficava brava ou se ria junto; a verdade era que eu não entendia nada. A sala parecia cheia de ecos daquela música e da risada dele enquanto o sol da manhã iluminava nossos rostos.

A história da minha parte paterna é ainda mais delicada e desafiadora de narrar. Sou filha de um homem chamado José – sim, mais um José, mas com o nome composto, José Carlos. Meu pai é um homem branco. Na infância, seus cabelos loiros, a pele clara, cheia de pintas sensíveis que também herdei, uma boca fina que quase desaparece quando sorri, e o nariz proeminente, um traço típico dos italianos, renderam-lhe o apelido de “alemãozinho”, apesar de sua ascendência ser de maioria italiana, mas também espanhola, portuguesa – e indígena, numa ancestralidade mais distante. Seu cabelo, loiro na infância, escureceu na vida adulta, ficando bem preto, o que lhe rendeu novos apelidos, como Woody, do *Toy Story*.

Meu pai é um homem trabalhador, honesto e tem um humor que transforma qualquer conversa em espetáculo. Ele me apresentou Raul Seixas, Legião Urbana e ao icônico clipe “We Are the World” da USA for Africa, de 1985. Suas histórias sobre as noites na lendária Toco – a boate da zona leste que recebeu até o Queen – me faziam desejar ter vivido os anos 1980.

“Fui no show do Tim Maia... só ele que não foi”, contava, rindo, sobre o dia em que esperou o ídolo que nunca apareceu. “E o dia que, brincando no mato perto do rio Gamelinha, encontramos um corpo esquartejado?”

Meus pais cresceram na zona leste em uma época de violência extrema. A história de ambos é marcada por tragédias: mortes, crimes, assassinatos de amigos e conhecidos, além de vários que perderam para a aids após compartilharem seringas no uso de drogas injetáveis.

Meu pai, sempre aos finais de semana, colocava “Espelho”, de João Nogueira para tocar no YouTube e chorava muito se lembrando do próprio pai. Eu e minhas irmãs sentíamos muita compaixão e preocupação. Seus dois grandes amores são a cerveja e o Corinthians – tenho certeza de que os ama mais do que a nós. Criativo como poucos, inventava brincadeiras que faziam inveja às minhas amigas de infância. “Seu pai brinca tanto com você. O meu só é quieto e bravo”, diziam, impressionadas. Sempre foi um pai moderno, daqueles que nunca censurou minhas escolhas. Cabelo rosa-choque? Lindo. Roupas rasgadas? Chique. Virar a noite no baile? Divirta-se. Namorar mulheres? Ótimo, vou ali beijar o Tonhão da padaria. Sim, ele realmente disse isso.

Só houve duas fases em que implicou comigo: quando fui uma adolescente militante e em minha fase ateia. Mas, para ser justa, eu também fui muito chata e intragável, além de também ter implicado muito com ele nessas fases.

Meu pai tem nove irmãos, e sua família se estabeleceu nas proximidades da Vila Dalila, na Vila Matilde. Embora fossem pobres, me lembro de uma fala dele que marcou minha infância: “Filha, minha família era pobre, trabalhei na fábrica desde os 8 anos, mas a da sua mãe era mais”.

Na primeira vez que minha mãe entrou na casa do meu pai, ficou impressionada e disse: “Meu Deus, vocês têm uma ‘tuluvisão!’”.

Infelizmente, a tensão racial permeou o relacionamento dos meus pais desde o início. O amor entre eles brotou no início da adolescência, e minha mãe, como toda menina criada em uma sociedade machista em busca de seu príncipe encantado, lutou com todas as forças pela relação. Entre desafios e adversidades, eles permaneceram juntos e, eventualmente, decidiram selar o amor em matrimônio. Essas são histórias que minha mãe sempre compartilha, dizendo: “Fiz o bolo de aniversário de 15 anos do seu pai!”. Ela também revelou as batalhas que travou em busca do amor de meu pai, que no começo não era recíproco, e as dificuldades enfrentadas diante da desaprovação da família dele.

O racismo dirigido a pessoas negras por parte de alguns brancos pobres é uma realidade comum no Brasil. Essas pessoas, já enfrentando a pobreza, buscam formas de se autoafirmar ao se colocarem em posição de superioridade.

Como destaca Jessé Souza no livro *A ralé brasileira*, até mesmo as classes de menor status podem adotar posturas racistas como uma estratégia para se sentirem superiores em relação a outros. Esse desejo de autoafirmação leva alguns a menosprezar negros e pardos, acreditando que esse desprezo lhes confere um pouco mais de dignidade e valor na sociedade. A ideia subjacente é que, ao sentirem que não têm acesso a símbolos de status ou reconhecimento – como educação ou bens materiais –, algumas pessoas brancas, mesmo em situação de pobreza, tentam se afirmar através do racismo. Essa dinâmica ocorre porque elas acreditam que menosprezar outros grupos as torna mais dignas ou respeitáveis,

mesmo que, na verdade, também sejam marginalizadas em diferentes contextos.¹⁹

A aceitação da família de meu pai em relação ao seu casamento com uma mulher negra foi um processo longo e árduo, que se estendeu por décadas. Essa resistência reverberou em nossas vidas, trazendo consequências profundas para mim e minhas irmãs. Na infância, o contato com minha família paterna foi escasso.

Certa vez, tomada pelo desejo de me conectar com minhas raízes, decidi abordar minha avó paterna sobre nossa ascendência. Naquele momento, eu estava imersa em um curso espiritual da técnica chamada ThetaHealing, intitulado “Relações Mundiais”, que se propõe a apaziguar energeticamente as relações entre nossos ancestrais. Enviando áudios via WhatsApp, esperava abrir um canal de diálogo.

“Nenhum dos meus filhos ou netos nunca me perguntou sobre isso”, revelou ela, com um tom de surpresa que me tocou. “Nunca se interessaram.”

Então, compartilhou fragmentos de sua história familiar. Contou que seus avós eram portugueses e italianos, enquanto os avós de meu avô tinham raízes italianas e espanholas. Porém, a ancestralidade indígena, que eu já havia identificado suavemente em seu rosto, permaneceu silenciosa. Após anos de estudo sobre identidade racial e fenótipo, eu havia notado traços que cochichavam segredos forçados a serem esquecidos. Quando finalmente fiz um teste de ancestralidade, os resultados mostraram que 10% do meu sangue carregava essa herança indígena, da América do Sul. Era uma revelação que pensei que talvez fosse um mistério até mesmo para minha avó.

Anos mais tarde, minha amada prima Taina fez uma descoberta que também a intrigou. Impelida pela mesma curiosidade que eu, decidi fazer as mesmas perguntas à nossa avó. Em um áudio, compartilhou comigo a resposta que recebeu: “Meu avô era indígena, um indígena de olhos azuis. Eu o vi pela última vez quando era muito menina, mas lembro que ele fumava um cachimbo”.

As palavras da minha avó, reveladas à minha prima Taina, perturbaram e ecoaram em minha mente por dias. Por que ela não mencionou a ascendência indígena quando conversei com ela? Teria se esquecido? Sentido vergonha? Essas perguntas flutuavam no ar, entrelaçadas em

um emaranhado de incompreensão, enquanto eu continuo a tentar decifrar os silêncios que cercam nossa história familiar.

Essa experiência é um exemplo da gravidade do apagamento indígena na região Sudeste. O fato de que, em alguns casos, o fenótipo indígena se aproxima mais do fenótipo branco do que do negro, devido ao tom de pele mais claro e ao cabelo liso, faz com que muitos descendentes de indígenas passem despercebidos. Somente após me aprofundar no estudo da parditude consegui identificar os traços indígenas de minha avó. Kabengele Munanga, ao estudar as afirmações de autores eugenistas sobre o fenótipo indígena, identificou que esses teóricos consideravam traços como cabelo liso e tez mais clara como indicadores de pureza racial, valorizando sua proximidade com o fenótipo branco.²⁰

Esse processo de assimilação indígena é um apagamento grave e significativo. Historicamente, essa possibilidade de diluição, combinada à centralização do poder e da influência do Sudeste, reforçou narrativas contemporâneas que limitam a identidade parda exclusivamente à mestiçagem com negros. Argumento que negligencia a significativa quantidade de pessoas que se autodeclararam pardas, mas que são, na verdade, descendentes de indígenas e possuem nenhuma ancestralidade negra, ou não de maneira expressiva, tema que trabalharemos mais adiante.

O comportamento de minha família paterna não se distanciava muito do dos meus bisavós maternos. Minha mãe sempre me contava histórias pesadas e sobre as ofensas que ouvia do sogro, de quem cuidava.

Apesar disso, ela sempre dizia que o perdoava e que, se necessário, cuidaria dele novamente. Quando olhávamos o álbum de casamento de meus pais, mais de uma vez vi minha mãe apontar para os familiares de meu pai e comentar: “Olha a cara deles de tristeza, parecem estar entrando em um velório, e não em um casamento”, enquanto soltava uma gargalhada irônica.

Meus pais, assim como meus avós maternos, tiveram também três meninas: Camila, minha irmã mais velha, que se suicidou em 2023. Ela se identificava como branca, mas, se tivesse assumido seu cabelo crespo natural e não fugisse tanto do sol, essa definição de “branca” desceria pelo ralo. Eu, Beatriz, assim como minha mãe, sou a mais escura entre três irmãs mestiças.

E minha amada irmã mais nova, Laura, que também se considera parda. Ela já passou pela fase de se afirmar “negra de pele clara”, assim como eu, mas, ao contrário de mim, Laura enfrentou momentos de dúvida intensa sobre sua identidade racial, chegando até mesmo a questionar se seria branca, por ter a pele um pouco mais clara do que a minha. Esse tipo de dúvida nunca me assombrou: por ser a mais escura entre nós, sempre me senti distante da identificação com o branco. É comum para pessoas pardas duvidarem da própria raça, oscilando entre a possibilidade de serem brancas, pardas ou negras. Eu já me vi oscilar entre pardo e negro.

Crescemos, assim como minha mãe e minhas tias, em uma família de maioria branca. Minhas irmãs e eu somos o resultado de duas gerações de rejeição; como muitos mestiços, carregamos as marcas de quem foi maltratado e de quem, por sua vez, maltratou.

Hoje, minha avó paterna é a única dos meus avós ainda viva. Apesar do passado marcado por sofrimentos, faço questão de visitá-la sempre que posso, levando um coração cheio de amor. Sou grata por ela ter dado vida ao meu pai, que, com minha mãe, me trouxe ao mundo. Após anos processando ressentimentos por histórias passadas, quando me sento para ouvir minha avó compartilhar suas experiências de vida, sua luta contra os vícios de meu avô e a busca por liberdade no divórcio, procuro, genuinamente, entendê-la.

“Tive que lutar para criar meus filhos. Trabalhei cozinhando e fazendo faxina em empresas para mudar de vida e escapar do seu avô”, ela me contou, com emoção na voz. Em meio às lembranças, ela me recomendou com fervor: “Nunca se case, aproveite a vida!”.

É difícil, mas hoje procuro compreender que as pessoas são complexas e não podem ser reduzidas apenas às suas piores ações, embora estas não possam ser ignoradas ou minimizadas. O racismo que enfrentamos deixou marcas profundas que nunca devem ser esquecidas, mas, com o passar dos anos, percebo gestos que refletem mudanças, ainda que sutis. Um exemplo disso é o mural de fotos que minha avó montou, um mosaico de memórias da família, onde agora tem várias imagens minhas, de minha mãe e de minhas irmãs. Ela também acompanha meu trabalho no Parditude, curtindo posts, mesmo eu imaginando que ela

não deve compreender muito profundamente tanta teoria. Esses gestos, para mim, carregam um significado de reconciliação.

Reconheço, contudo, que cada pessoa nascida e/ou criada em uma família multirracial vivencia essas dinâmicas de maneira única, pois elas podem ser profundamente sensíveis e dolorosas. Nem todos encontrarão, ou desejarão, espaço para uma aproximação – e, para muitos, isso pode ser impossível ou inviável. Enquanto outros ignoram completamente a convivência com essas questões, como se não acontecessem. É essencial que essa decisão seja respeitada. Não existe uma “melhor” forma de lidar com essas questões: o caminho deve ser definido por quem o percorre, com base no que sente em seu coração. Perdoar, buscar aproximação ou optar pelo distanciamento são escolhas profundamente pessoais, que pertencem exclusivamente a quem vive essas experiências.

Atividade: Minhas raízes

Agora é sua vez! Converse com seus familiares e monte sua árvore genealógica. Anote os nomes e as definições de cor ou raça que encontrar, ouça as histórias e resgate o passado. Se possível, desenhe sua árvore. Caso seja adotado, preencha com os dados que souber ou descobrir.